

Imesp AGORA É Prodesp

Uma nova empresa, ainda mais digital, moderna e eficiente!

Siga a Prodesp nas redes sociais

Sua conexão com o futuro.

SECRETARIA DE GOVERNO

nefasta que os tucanos trouxeram para o estado de São Paulo, isso jamais que teria acontecido, o Brasil não estaria nesse estado.

Foi o PSDB que deu força a esses movimentos existirem e agora o PT está aí juntinho com o PSDB para impedir que eu diga a verdade. Eles não aceitam a verdade e a verdade é essa. Os senhores serão dizimados da vida pública. Saiam fora da vida pública porque a população paulista, a população brasileira, não os suporta.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Para um comunicado.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem V. Exa. dois minutos para fazer uma comunicação.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero comunicar a esta Casa que é extremamente desrespeitoso. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e algumas pessoas da bancada do Partido Social Democrático Brasileiro, na pessoa da Analice Fernandes, discordamos das falas agressivas, violentas, desnecessárias que foram proferidas neste momento contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. (Manifestação nas galerias.)

Movimento digno, movimento de pessoas que lutam, que trabalham, que plantam, que põem comida na nossa mesa. E nós temos orgulho de cada um de vocês. Contem conosco. (Manifestação nas galerias.)

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Eu gostaria de solicitar a retirada, das notas taquigráficas, do termo "terroristas", que foi utilizado pelo deputado que usou a palavra, "nojentos", "sujos" e "criminosos". São cidadãos brasileiros que estão aqui acompanhando a reunião nesta noite na Assembleia Legislativa. (Manifestação nas galerias.)

Então, solicito a retirada desses termos. Ah, "estupradores" também foi usado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Esta Presidência vai avaliar todos os termos que V. Exa. colocou e encaminhará, tomará a decisão.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem, deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - PARA QUESTÃO DE ORDEM - A minha questão de ordem, presidente, é a seguinte: quando o deputado vem ao microfone de aparte, ele não tem que falar voltado para a Mesa?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Sim.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental que o deputado fale de costas para o presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não, é regimental olhar para a Presidência.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Então, por favor, presidente, faça cumprir o Regimento da próxima vez que um deputado ou deputada vier falar aqui no microfone de aparte. Infelizmente, a deputada que estava aqui virou as costas para V. Exa. e para a Mesa, para falar com as pessoas que estão na galeria.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Vossa Excelência tem razão. Na oportunidade, tomarei essa atitude.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu, falando aqui... Por favor.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, pessoal, vamos acalmar os ânimos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Nós conversamos com as lideranças e, por acordo, queremos levantar esta sessão, parar essa discussão e tentar uma negociação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Gostaria de saber se todos os líderes de partidos comungam da mesma ideia de haver acordo para levantamento da sessão.

O SR. SARGENTO NERI - SD - Pela ordem, Sr. Presidente. Qual é o motivo, presidente? Qual é a proposta?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para tentar um acordo sobre esse projeto.

O SR. SARGENTO NERI - SD - Mas qual é o acordo?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Levantamento da sessão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Você levanta, depois tenta.

O SR. SARGENTO NERI - SD - Não, vamos prorrogar, vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não havendo consenso, então, temos que dar sequência à nossa sessão. Não havendo mais oradores... Em votação.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para indicar a deputada Márcia Lia para encaminhar pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Você, deputada Bebel, já encaminhou pelo Partido dos Trabalhadores.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Ah não, desculpa.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Já encaminhou pela Minoria e pelo PT.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Eu queria indicar... É isso, então eu vou indicar depois.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Em votação o requerimento.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente, na tentativa de fazer um acordo, eu queria que V. Exa. suspendesse os trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há acordo para a suspensão de dois minutos? Havendo acordo, estão suspensos por dois minutos os nossos trabalhos. (Manifestação nas galerias.)

- Suspensa às 18 horas e 49 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 51 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Havendo acordo das lideranças, nós estamos pedindo o levantamento da sessão, para buscar uma...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Altair.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu não participei dessa conversa, não estou sabendo desse acordo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O Republicano ainda não concorda com o acordo de levantamento, então, está suspensa por mais um minuto, para conversar com os republicanos.

- Suspensa às 18 horas e 49 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 51 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Reaberta agora, de fato, com o acordo de todos. Estou com moral...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Mais alguém quer se manifestar, que não está de acordo?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Fale agora, ou cale-se para sempre.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Só deixar claro. Falei porque não fui comunicado, como líder do Republicanos. Eles fizeram acordo entre eles e não me comunicaram.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Certo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu sou a favor do acordo, mas eu quero o respeito de todas as bancadas.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Está certo, ele está certo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Entendeu? Por isso que eu falei. Mas tem o meu apoio, Bebel.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Agora, com o apoio do Republicanos também, e de todas as bancadas e partidos, antes de dar por levantada a sessão, convocamos Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, Inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, para uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Defesa e Direitos das Mulheres; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 530, de 2021, de autoria do nobre deputado Professor Kenny.

Também convocamos as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do exposto no Art. 18, Inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, para reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Defesa e Direitos da Pessoa Humana; Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, também a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 755, de 2020, de autoria da nobre deputada Janaina Paschoal.

Havendo acordo de líderes, está levantada a presente sessão, lembrando a todos que daqui a 10 minutos teremos a segunda sessão extraordinária.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.

30 DE NOVEMBRO DE 2021

35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - ANDRÉ DO PRADO

Assume a Presidência e abre a sessão. Encerra a discussão do PL 637/21. Coloca em votação requerimento de método de votação ao projeto.

2 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 637/21, em nome do PSOL.

3 - MÁRCIA LULA LIA

Para comunicação, afirma que há um diálogo em curso com relação ao PL 410/21, envolvendo parlamentares e representantes de movimentos sociais afetados pela matéria.

4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PL 637/21. Coloca em votação e declara aprovado o PL 637/21, salvo emendas. Coloca em votação, englobadamente, e declara rejeitadas as emendas ao projeto.

5 - PAULO LULA FIORILO

Declara voto favorável às emendas apresentadas pelo PT ao PL 637/21.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Registra a manifestação. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 637, de 2021, de autoria do Sr. Governador.

Em discussão. Não havendo oradores interessados em discutir, em votação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhar pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental, tem V. Exa. a palavra para o encaminhamento.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, público aqui presente, integrantes do MST, dos assentamentos, quero parabenizar vocês pela mobilização, pelo trabalho que vocês têm realizado.

Se o projeto hoje não foi votado, foi graças a vocês, vocês derrotaram, hoje, o PL 410. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Giannazi, só para lembrar que o que está se encaminhando aqui é o requerimento do método de votação, só para deixar...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sem dúvida, mas dizendo que o Projeto 410 não foi votado hoje graças à mobilização do MST e dos assentados. (Manifestação nas galerias.)

Ele volta a ser encaminhado em outra sessão, em outro dia, mas hoje não, hoje é uma vitória do MST e dos assentados, porque esse projeto é um retrocesso para o estado de São Paulo.

Como eu disse, ele coloca em risco, esse projeto coloca em risco a segurança alimentar do estado de São Paulo, destrói os assentamentos, privatiza, na prática, os assentamentos e legaliza a grilagem.

No pronunciamento que eu fiz aqui, pessoal, anteriormente não deu tempo, porque é tanta maldade nesse 410 que eu me esqueci de dizer uma coisa, esse projeto também acaba com o Itesp, o Itesp que é o Instituto de Terras.

O governo já queria destruir o Itesp de várias maneiras, primeiro porque ele não financia mais o Itesp, ele deixa o Itesp à míngua, sem financiamento, sem orçamento, esse é o primeiro ponto, ele tenta estrangular financeiramente o Itesp, não renova os quadros, não faz concurso público, nós temos que ter novas contratações de servidores especialistas no Itesp através do concurso público, esse é o primeiro ponto.

Segundo, o governo tentou acabar com o Itesp quando aprovou aqui no plenário o PL 529, vocês lembram, aquele 529 tentou extinguir, acabar com o Itesp. Nós, através de uma ampla mobilização - vocês participaram e, sobretudo, os servidores do Itesp -, conseguimos tirar o Itesp do PL 529 para preservar.

Só que o governo queria acabar ali, à vista, com o Itesp no PL 529, agora, com o 510, ele quer terminar a prazo, ele quer esvaziar aos poucos o Itesp, que cumpre um papel importante de assessoria técnica junto aos assentamentos. Se o Itesp não faz muito, é porque ele não tem financiamento, ele está sendo sucateado, o governo faz de propósito, então toda a luta em defesa do Itesp.

Nós apresentamos várias emendas para aumentar o orçamento do Itesp, inclusive para 2022 faço um apelo ao relator do Orçamento, deputado Freitas, para que ele acate as nossas emendas para valorizar o Itesp. Então, gente, é isso. Esse Projeto de lei 410 atenta contra toda a população do estado de São Paulo.

Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, de fazer um apelo à Assembleia Legislativa para que possamos aprovar o PDL 22, que acaba com o confisco dos aposentados e pensionistas que estão passando necessidade de sobrevivência, passando fome, que não têm mais condições de comprar o remédio e de pagar o tratamento médico, de sustentar as suas respectivas famílias.

É fundamental que a Alesp cumpra aqui a sua obrigação e faça uma reparação, porque foi a Assembleia Legislativa que votou a favor da farsa da reforma da Previdência que confiscou as aposentadorias e as pensões dos servidores.

Nós podemos reverter isso, através da aprovação do PDL 22 e, para isso, ele tem que ser liberado pela Comissão de Finanças. Está em debate na Comissão de Finanças e nós apelamos à comissão para que faça logo essa votação e o projeto volte para o plenário.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para pedir apoio ao nosso PL, o Projeto de lei 652, que prorroga, na verdade que suspende os prazos dos concursos públicos já realizados no estado de São Paulo.

Nós temos milhares de pessoas que prestaram concursos em várias áreas, no Tribunal de Justiça, no MP, na Secretaria da Educação, em várias secretarias, mas, por conta da pandemia, foram prejudicadas, porque o tempo estava correndo e está correndo ainda.

Não é justo, porque haverá um custo para o estado e para essas pessoas, que serão prejudicadas. A saída é aprovar o PL 652, para o qual eu já pedi urgência para resolver essa situação definitivamente e fazer justiça com os aprovados em todos os concursos do estado de São Paulo, da SAP, da Segurança, como eu disse, da Educação, os escreventes do TJ, as assistentes sociais do Tribunal de Justiça, as psicólogas, tem vários deles. E essas pessoas, repito, estão sendo prejudicadas.

Por fim, Sr. Presidente, também a aprovação imediata e urgente do PDL 85, que é um projeto que trata da questão da isenção do IPVA para pessoas com deficiência. O governo Doria acabou, no PL 529, que é o projeto de todas as maldades do mundo, em que o Doria conseguiu concentrar em um único projeto tanto sadismo, tanta perversidade, deputada Isa Penna, aquele 529, ele também acabou com a isenção do IPVA para as pessoas com deficiência.

Nós construímos um projeto de lei, inclusive com a colaboração da deputada Isa Penna, que é o PDL 85/21, que na verdade foi elaborado pela Comissão 48. Esse projeto tem 31 proponentes, 31 deputados e deputadas assinando, um projeto suprapartidário, que resolve definitivamente essa questão.

Então é um projeto importante. Nós pedimos a urgência, espero que ele entre amanhã, pelo menos a urgência, para a gente continuar debatendo.

Lembrando que no dia três de dezembro agora, sexta-feira, é o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Então nós poderíamos homenagear esse movimento, a Comissão 48, aprovando a urgência e o PDL 85.

Eu fiquei chocado, deputada Isa Penna, nós estamos estudando o orçamento e tem lá, escondido, no meio do orçamento um item dizendo o seguinte, que o Doria vai dar isenção de IPVA, vai fazer uma redução de IPVA para as locadoras de carro.

Ou seja, ele tira a isenção do IPVA para as pessoas com deficiência, mas vai reduzir de 4 para 1%, vai beneficiar os grandes empresários, donos das locadoras de automóveis do estado de São Paulo.

Ou seja, é uma privatização do orçamento. Para os empresários, tudo; para as pessoas com deficiência, nada. É assim que o governo Doria trata a população. Para os grandes empresários, 60 bilhões de reais em isenções fiscais, em benefícios fiscais. Para os aposentados e pensionistas, arrocho, confisco. Para os servidores públicos, arrocho, compressão salarial.

É um absurdo o que a gente está vivendo no estado de São Paulo com essa "privataria" tucana. O governo privatizou o Ginásio do Ibirapuera, privatizou o Zoológico, está privatizando tudo, enchendo o Estado de pedágios. Nós temos a farra dos pedágios no estado de São Paulo.

Vocês, para chegarem aqui, não pagaram pedágios? É a farra dos pedágios no estado de São Paulo. Agora mesmo o governo anunciou a instalação de sete praças de pedágios na região de São José do Rio Preto. Sete, em plena crise, em plena pandemia.

Então é isso. Faço um apelo para que a Assembleia possa votar todos esses projetos que eu citei, o PDL nº 22, para acabar com o confisco dos aposentados e pensionistas; o PDL 85, da Comissão 48, para garantir a isenção do IPVA para as pessoas com deficiência; o PL 652, que é o projeto que suspende o prazo dos concursos para garantir a chamada de todos os aprovados que foram prejudicados durante a pandemia.

Então era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a esta Casa que as pessoas precisam compreender que nós suspendemos a sessão para que a gente possa melhor elaborar um acordo no Projeto de lei 410.

Nós não temos acordo no texto que está para votar, então nós estamos tentando, junto às pessoas, aos movimentos, ao líder do Governo, uma negociação para que a gente possa votar o Projeto de lei 410 sem muitos problemas.

Então eu gostaria de que as pessoas pudessem compreender que nós estamos em uma tratativa bastante sólida para poder votar o PL 410, melhorando, inclusive, o projeto para que a gente tenha segurança jurídica, mas para que a gente tenha também um balanço do que vai ficar a favor do governo e do que vai ficar a favor dos assentamentos.

É isso, Sr. Presidente. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrado. Estamos na votação do requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o método de votação.

Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.